

DE ACORDO COM O EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026



UBAJARA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III HISTÓRIA

- ▶ Português
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



UBAJARA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - HISTÓRIA

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº
001/2026

CÓD: OP-191ST-26
7901204403396

ÍNDICE

Português

1. Interpretação e Compreensão de Texto.....	7
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	8
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação, coesão e coerência ...	9
4. Ortografia.....	15
5. Ortografia.....	19
6. Significados das palavras – Sinônimos, Antônimos, Parônimos e Homônimos; Denotação e Conotação	19
7. Pontuação	20
8. Acentuação Gráfica	22
9. Emprego do sinal indicativo de crase.....	23
10. Flexão do substantivo	24
11. Figuras de linguagem	24
12. Emprego dos Pronomes.....	29
13. Regência nominal e verbal.....	30
14. Concordância nominal e verbal	32
15. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa.....	34
16. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica	35
17. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	36

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos Geográficos, Históricos, Políticos E Administrativos Do Mundo, Brasil, Ceará	49
2. Atualidades Históricas Científicas, Sociais, Políticas, Econômicas, Culturais, Ambientais E Administrativas Do Mundo, Brasil, Ceará	61

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica III - História

1. Ensino De História: Saber Histórico Escolar	67
2. História Da América	70
3. Seleção E Organização De Conteúdos Históricos; Metodologias Do Ensino De História	73
4. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico - Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira E Africana; Aspectos Da História Da África E Dos Povos Afro-Americanos E Ameríndios	76
5. A Bncc E O Componente Curricular De História.....	80
6. Trabalho Com Documentos E Diferentes Linguagens No Ensino De História.....	80
7. História Do Brasil E A Construção De Identidades: Historiografia Brasileira E A História Do Brasil; História Brasileira: Da Ocupação Indígena Ao Mundo Contemporâneo	84
8. Conhecimento Histórico Contemporâneo: Saber Histórico E Historiografia; História E Temporalidade.....	88
9. Passagens Da Antiguidade Para O Feudalismo	92

ÍNDICE

10. Mundo Medieval.....	95
11. Expansão Europeia Do Século Xv	98
12. Formação Do Mundo Contemporâneo	102

PORTUGUÊS

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS: NARRATIVO, DESCRITIVO, EXPOSITIVO, ARGUMENTATIVO, INSTRUCCIONAIS, PROPAGANDA, EDITORIAL, CARTAZ, ANÚNCIO, ARTIGO DE OPINIÃO, ARTIGO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, OFÍCIO, CARTA

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.



CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNDO, BRASIL, CEARÁ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CONDIÇÕES NATURAIS DO MUNICÍPIO

► Posicionamento regional e inserção territorial

Enquadramento na divisão regional do estado

O território em análise situa-se no extremo noroeste do estado do Ceará, em uma faixa de transição entre o planalto sedimentar que separa o Ceará do Piauí e as terras baixas do sertão cearense. Essa posição de fronteira natural confere ao município uma identidade geográfica singular dentro do conjunto estadual, já que ele não se enquadra no padrão predominante de clima semiárido que caracteriza a maior parte do interior cearense. A inserção regional se dá no conjunto de municípios historicamente conhecido como região serrana do noroeste, um agrupamento de cidades que compartilham a mesma formação geológica elevada e, por consequência, padrões semelhantes de clima, vegetação e ocupação humana. Essa vizinhança regional cria uma rede de municípios interdependentes, nos quais fluxos econômicos, administrativos e de serviços se complementam, de modo que a compreensão de qualquer um deles isoladamente é sempre parcial se dissociada do conjunto serrano em que se insere.

A Serra da Ibiapaba como elemento estruturante

O elemento geográfico mais determinante para a configuração do território é o conjunto de escarpas e planaltos conhecido como Serra da Ibiapaba, uma grande cuesta sedimentar que se estende por dezenas de quilômetros ao longo da divisa entre os dois estados nordestinos mencionados. Essa formação funciona como um verdadeiro divisor de águas e de climas: de um lado, a vertente voltada para o sertão cearense apresenta um declive abrupto, com paredões rochosos que chegam a centenas de metros de desnível; do outro, o reverso do planalto se estende em direção ao Piauí de forma mais suave. É exatamente sobre o topo dessa formação, e em parte sobre sua vertente oriental, que o município se desenvolveu, o que explica por que sua altitude média é sensivelmente superior à da maioria das cidades do interior cearense. A presença da serra não é apenas um detalhe paisagístico, mas a causa direta das particularidades climáticas, vegetacionais e até econômicas que distinguem essa localidade das demais regiões do estado.

► Relevo, clima e recursos naturais

Relevo serrano e processos de formação do planalto

O relevo local resulta de um longo processo de sedimentação seguido por intensa atividade erosiva, que esculpiu ao longo de milhões de anos o conjunto de chapadas, grotas e vales encaixados característico da paisagem. As camadas sedimentares, depositadas em ambientes antigos de mar raso e de planícies fluviais, foram posteriormente soerguidas e recortadas pela ação combinada de chuvas e cursos d'água, originando um relevo de bordas festonadas, com reentrâncias profundas conhecidas regionalmente como grotas. Esse processo erosivo também é responsável pela formação de cavidades subterrâneas e quedas d'água, fenômenos que se tornaram posteriormente atrativos naturais de grande relevância para a economia local. A heterogeneidade do relevo, alternando trechos planos no topo do planalto com paredões verticais nas bordas da cuesta, impõe desafios específicos à ocupação humana, à agricultura e à infraestrutura viária, uma vez que a conexão entre o alto da serra e o sertão circundante exige obras de engenharia adaptadas à declividade acentuada.

Clima de altitude e cobertura vegetal

Em razão da altitude elevada, o clima predominante no topo da serra difere substancialmente do clima tropical semiárido que domina a maior parte do Ceará. As massas de ar úmido, ao encontrarem a barreira orográfica da cuesta, são forçadas a se elevar e se resfriar, liberando umidade sob a forma de chuvas orográficas mais regulares e volumosas do que as observadas nas terras baixas vizinhas. Esse fenômeno gera um microclima mais ameno e úmido, por vezes chamado de clima tropical de altitude, que permite a formação de uma cobertura vegetal distinta da caatinga típica do sertão: predominam remanescentes de mata úmida e formações de transição entre floresta estacional e cerrado, em um contraste vegetacional que impressiona justamente por sua proximidade geográfica com paisagens muito mais secas. Essa combinação de umidade, altitude e solo fértil favorece tanto a conservação de nascentes quanto o desenvolvimento de atividades agrícolas que seriam inviáveis em condições semiáridas.

A tabela apresentada abaixo compara, de forma esquemática, as duas grandes unidades de paisagem que coexistem no território municipal, evidenciando como a altitude reorganiza completamente os padrões climáticos e vegetacionais em uma distância relativamente curta.

AMOSTRA

Critério	Área de planalto (topo da serra)	Área de vertente e sopé
Altitude relativa	Elevada	Baixa a intermediária
Regime de chuvas	Mais regular e abundante	Mais irregular e concentrado
Vegetação predominante	Mata úmida e formações de transição	Caatinga arbustiva e arbórea
Uso agrícola típico	Fruticultura e culturas de clima ameno	Pecuária extensiva e culturas de sequeiro

A leitura comparativa demonstra que a altitude funciona como o principal fator de diferenciação interna do território, mais determinante até mesmo do que a simples distância em linha reta entre os pontos analisados. Essa dualidade de paisagens dentro de um mesmo município explica por que a economia local combina, lado a lado, práticas agrícolas típicas de clima ameno e práticas típicas do sertão semiárido, sem que uma substitua integralmente a outra. A existência de nascentes e pequenos cursos d'água na porção mais elevada também cumpre papel estratégico no abastecimento de municípios vizinhos situados em cotas mais baixas, reforçando a função da serra como área de recarga hídrica regional e justificando a atenção especial que os cursos d'água locais recebem em políticas de conservação ambiental.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E POVOAMENTO DO TERRITÓRIO

► Ocupação original e expansão colonial

Povos indígenas da região serrana

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região da Serra da Ibiapaba era habitada por grupos indígenas que exploravam as condições favoráveis de água e vegetação oferecidas pelo relevo elevado, em contraste com a aridez do sertão circundante. Entre esses grupos, destacam-se os Tabajara, povo de tradição tupi que historicamente ocupou extensas porções da serra, estabelecendo aldeamentos que aproveitavam tanto os recursos hídricos quanto a proteção natural oferecida pelas escarpas. A presença indígena na serra não foi um fenômeno isolado, mas parte de um padrão mais amplo de ocupação do interior nordestino, no qual os grupos originários buscavam refúgio e subsistência nas áreas de serra úmida, fugindo tanto da aridez do sertão quanto do avanço da colonização litorânea. O contato entre esses povos e os primeiros europeus que adentraram o interior cearense foi marcado por alianças, conflitos e processos de catequese promovidos por ordens religiosas, que posteriormente deram origem a núcleos de povoamento permanentes na região.

Avanço colonial e economia pecuária do interior

A penetração colonial no interior do Ceará, a partir do litoral, ocorreu majoritariamente através da expansão da pecuária extensiva, atividade que se tornou o principal vetor de ocupação do sertão nordestino entre os séculos dezessete e dezoito. Rebanhos bovinos eram conduzidos por extensos caminhos de gado em direção ao interior, em busca de pastagens naturais, e esses caminhos frequentemente convergiam para as regiões serranas, onde a disponibilidade de água durante todo o ano representava vantagem decisiva sobre as áreas de sertão baixo, sujeitas a longos períodos de estiagem. Fazendas de criação se estabeleceram progressivamente nas imediações da serra, consolidando núcleos populacionais que, com o tempo, ganharam relevância econômica e administrativa suficiente para serem reconhecidos formalmente pela Coroa e, posteriormente, pelo Estado brasileiro independente. Esse processo de ocupação pecuária, somado à já mencionada atividade missionária, formou a base socioeconômica sobre a qual se desenvolveria, ao longo do tempo, a estrutura municipal que hoje caracteriza a região.

► Formação administrativa do município

Da condição de povoado à de distrito

Como ocorreu com a grande maioria dos municípios do interior nordestino, o núcleo urbano que deu origem ao atual município percorreu um caminho administrativo gradual, típico da organização territorial brasileira desde o período colonial: um aglomerado inicial de moradores, formado em torno de uma capela ou de um ponto de parada em caminhos de tropas, evoluiu para a condição de povoado, posteriormente elevado a distrito vinculado administrativamente a um município maior e mais antigo da região. Essa condição de subordinação distrital durou por um período considerável, durante o qual a localidade dependia da sede municipal vizinha para decisões administrativas, fiscais e judiciais, mesmo já possuindo dinâmica econômica e social relativamente autônoma. A gradual consolidação demográfica e econômica do núcleo, impulsionada tanto pela pecuária quanto pelas atividades agrícolas de altitude já mencionadas, criou as condições objetivas para que a localidade reivindicasse, no momento político oportuno, sua emancipação como município independente.

Conquista da autonomia político-administrativa

A elevação de um distrito à condição de município autônomo, dentro do sistema federativo brasileiro, representa a aquisição de personalidade jurídica de direito público e de capacidade própria de autogoverno, com Poder Executivo e Poder Legislativo distintos dos da antiga sede. Esse processo de emancipação, comum a dezenas de municípios cearenses ao longo do século vinte, costuma ser impulsionado por articulações políticas locais que buscam maior autonomia na gestão de recursos e na definição de prioridades administrativas, em contraposição à centralização de decisões na sede da qual o distrito dependia. A partir da emancipação, a nova entidade municipal passa a deter competências constitucionais próprias, como a organização de serviços públicos locais, a instituição e arrecadação de tributos de sua competência e a elaboração de legislação própria em matérias de interesse local, consolidando-se como ente federativo pleno dentro da estrutura tripartite da federação brasileira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR

► A História como conhecimento e componente curricular

História vivida, conhecimento histórico e História escolar

A História pode ser compreendida, inicialmente, como o conjunto das experiências humanas desenvolvidas no tempo. Pessoas, grupos e sociedades constroem modos de viver, trabalhar, produzir cultura, organizar o poder, estabelecer relações e interpretar o mundo. Entretanto, a História ensinada na escola não corresponde à simples reprodução dessas experiências. Ela resulta de um processo de seleção, investigação, interpretação e organização de conhecimentos sobre o passado e suas relações com o presente.

O conhecimento histórico é produzido por meio de problemas, perguntas, fontes e interpretações. Já a História escolar transforma esse conhecimento em objeto de aprendizagem, considerando a idade dos estudantes, os objetivos educacionais, o currículo e os contextos sociais. Essa transformação exige escolhas responsáveis, pois nenhum programa de ensino consegue abranger toda a experiência humana. O professor precisa selecionar conteúdos relevantes e estabelecer conexões que permitam aos estudantes compreender processos, sujeitos, conflitos, permanências e mudanças.

Finalidades educativas do ensino de História

O ensino de História não deve se limitar à memorização de datas, nomes ou acontecimentos isolados. Esses elementos podem servir como referências, mas precisam estar inseridos em explicações que revelem relações de causa, contexto, duração, conflito e consequência. Aprender História significa desenvolver a capacidade de formular perguntas sobre a vida social, interpretar vestígios do passado, comparar perspectivas e construir argumentos fundamentados.

Entre as finalidades educativas mais importantes, destacam-se os seguintes aspectos:

- Compreender que as sociedades são construções históricas e, portanto, podem mudar.
- Reconhecer a diversidade de experiências humanas, evitando generalizações e visões estereotipadas.
- Analisar conflitos, desigualdades e formas de participação social em diferentes épocas.
- Relacionar questões do presente a processos históricos mais amplos, sem tratar o passado como mera repetição da atualidade.
- Desenvolver autonomia intelectual para avaliar narrativas, discursos e informações.

► Mediação pedagógica e pensamento histórico

O papel do professor

O professor atua como mediador entre o conhecimento histórico, os documentos, o currículo e as experiências dos estudantes. Essa mediação não consiste apenas em transmitir informações prontas. Ela envolve organizar situações de aprendizagem, propor problemas, selecionar fontes, orientar comparações, esclarecer conceitos e estimular a elaboração de explicações.

Uma prática didática consistente parte de questões significativas. Em vez de apresentar apenas o que aconteceu, o professor pode explorar por que determinado processo ocorreu, quais grupos estiveram envolvidos, que interesses estavam em disputa, quais mudanças foram produzidas e quais elementos permaneceram. Essa abordagem transforma o estudante em participante ativo da aprendizagem.

Contextualização, problematização e interpretação

Contextualizar significa compreender ideias, ações e instituições dentro das condições de seu próprio tempo. Problematizar significa transformar um tema em questão investigável. Interpretar significa produzir sentido a partir de evidências, conceitos e relações históricas. Esses três movimentos ajudam a evitar explicações simplistas e julgamentos anacrônicos.

O pensamento histórico se fortalece quando o estudante aprende a distinguir fato, opinião, evidência e interpretação; reconhece que diferentes grupos podem experimentar o mesmo processo de maneiras distintas; e compreende que uma narrativa histórica é construída a partir de escolhas justificadas. O ensino torna-se mais significativo quando promove leitura, debate, escrita, análise de fontes, produção de linhas do tempo, comparação de versões e elaboração de argumentos.

HISTÓRIA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E FORMAÇÃO DA CIDADANIA

► Relações entre História e memória

Memória individual, coletiva e social

A memória corresponde às formas pelas quais pessoas e grupos recordam, selecionam e atribuem significado às experiências vividas. Ela não funciona como reprodução integral do passado. Toda lembrança é construída a partir do presente, das emoções, dos interesses, dos vínculos sociais e das condições em

AMOSTRA

que algo é recordado. Por essa razão, a memória pode preservar acontecimentos importantes, mas também pode produzir esquecimentos, silêncios e versões conflitantes.

A memória individual está ligada às experiências de cada pessoa, embora seja influenciada pela família, pela comunidade, pela escola e por outras instituições. A memória coletiva é compartilhada por um grupo e contribui para formar referências comuns. A memória social envolve práticas mais amplas de preservação e divulgação do passado, como comemorações, monumentos, museus, arquivos, festas, narrativas públicas e meios de comunicação.

A História se relaciona com a memória, mas não se confunde com ela. O conhecimento histórico investiga criticamente as lembranças, confronta versões, considera lacunas e utiliza diferentes fontes. Um depoimento oral, por exemplo, possui grande valor histórico, mas precisa ser analisado em relação ao contexto, à posição do narrador, ao momento da entrevista e a outras evidências disponíveis.

Disputas de memória

As sociedades não recordam todos os sujeitos e acontecimentos da mesma maneira. Determinados grupos conseguem tornar suas experiências mais visíveis, enquanto outros são silenciados. Nomes de ruas, estátuas, feriados, livros escolares e cerimônias públicas revelam escolhas sobre o que deve ser lembrado. O ensino de História pode examinar essas escolhas e mostrar que a memória pública é atravessada por disputas de poder, reconhecimento e identidade.

► Patrimônio histórico e cultural

Formas de patrimônio

Patrimônio é o conjunto de bens, práticas, saberes, lugares e referências reconhecidos como significativos por uma comunidade. Seu valor não depende apenas da antiguidade ou da beleza. Um bem pode ser importante porque expressa modos de vida, experiências de trabalho, religiosidades, lutas sociais, conhecimentos tradicionais ou vínculos de pertencimento.

Para compreender sua diversidade, é útil distinguir algumas formas de patrimônio:

- O patrimônio material inclui edifícios, monumentos, objetos, documentos, sítios arqueológicos e paisagens transformadas pela ação humana.
- O patrimônio imaterial abrange festas, músicas, danças, ofícios, técnicas, celebrações, línguas e conhecimentos transmitidos entre gerações.
- O patrimônio documental reúne registros escritos, sonoros, visuais e digitais preservados por arquivos, bibliotecas, instituições e comunidades.
- O patrimônio natural envolve ambientes reconhecidos por sua importância ecológica, cultural e histórica.

Educação patrimonial

A educação patrimonial promove a investigação dos bens culturais próximos aos estudantes. Ela pode envolver observação de construções, entrevistas com moradores, análise de fotografias, estudo de festas locais, visitas a museus e produção de inventários comunitários. O objetivo não é apenas admirar ou

conservar objetos, mas compreender quem atribui valor a esses bens, quais histórias representam e quais grupos ainda precisam ser reconhecidos.

► Ensino de História e cidadania

Consciência crítica e participação social

A formação cidadã ocorre quando o ensino de História oferece instrumentos para compreender direitos, instituições, conflitos e responsabilidades coletivas. Ao estudar lutas por liberdade, igualdade, reconhecimento e participação, o estudante percebe que direitos não surgem de forma automática: eles são construídos historicamente, podem ser ampliados e também podem sofrer retrocessos.

Esse trabalho exige atenção à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, regional, geracional e de gênero. A análise de experiências variadas ajuda a enfrentar preconceitos, discursos discriminatórios e versões que tratam determinados grupos como inferiores ou sem protagonismo. Debates, projetos de memória, análise de problemas locais e participação em ações de preservação permitem relacionar conhecimento histórico, convivência democrática e intervenção responsável na realidade.

TEMPO HISTÓRICO, PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

► Formas de compreender o tempo

Tempo cronológico, tempo vivido e tempo histórico

O tempo cronológico organiza acontecimentos por meio de unidades convencionais, como dias, anos, décadas e séculos. Calendários, datas e linhas do tempo ajudam a localizar eventos e estabelecer relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. Entretanto, a cronologia, sozinha, não explica os processos históricos. Saber quando algo ocorreu é diferente de compreender como, por que e em quais condições ocorreu.

O tempo vivido corresponde à maneira como indivíduos e grupos percebem a passagem do tempo. Uma mesma duração pode ser experimentada como breve ou longa, de acordo com as circunstâncias. O tempo histórico, por sua vez, é uma ferramenta de análise utilizada para compreender ritmos, durações, permanências, mudanças e relações entre acontecimentos.

A comparação a seguir evidencia essas diferenças:

Forma de tempo	Função principal	Exemplo de uso no ensino
Cronológico	Localizar e ordenar acontecimentos	Organizar uma sequência de eventos em uma linha do tempo
Vivido	Compreender percepções e experiências temporais	Comparar memórias de diferentes gerações
Histórico	Explicar processos, ritmos e transformações	Analisar mudanças políticas e permanências culturais



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

